



Gabinete d...stro

Transparência de verdade é CGU!

ONU critica mudanças no órgão

Transparência Internacional elogia mobilização

Força tarefa da operação Lava Jato
manifesta apoio ao movimento

REALIZAÇÃO

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE

Síntese

Desde as primeiras ações do movimento em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU) até os próximos passos da luta pela revisão da Medida Provisória MP 726/2016. A compilação completa dos destaques abaixo está disponível no site do Sindicato, na sessão "Em defesa da CGU". Acesse pelo link <http://goo.gl/GUIAXx> ou usando o qr-code ao lado.



NA MÍDIA

Destaque para repercussão dos protestos na imprensa nacional e internacional. A limpeza do edifício sede do órgão, no dia 30 de maio, foi registrada por veículos como Globo, SBT, Record, Band, EBC, Veja, Estadão, Folha de S.Paulo, Valor Econômico e CBN. Os portais de notícia internacionais The Guardian, New York Times, El País, La Nación e La República também noticiaram o movimento em defesa da CGU.

EMENDAS

Pelo menos 23 emendas de supressão dos incisos que alteram a denominação da Controladoria já foram protocoladas.

SOCIEDADE CIVIL

O apoio da sociedade civil e de organizações nacionais e internacionais reafirmam a pauta do movimento.

PARLAMENTARES

O movimento coleciona, além de discursos em plenário, declarações de apoio em foto e vídeo. Os deputados federais Célio Silveira (PSDB-GO), Chico Alencar (PSOL-RJ), Alessandro Molon (REDE-RJ), Érika Kokay (PT-DF) e os senadores Reguffe (sem partido-DF), Paulo Paim (PT-RS), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Randolfe Rodrigues (REDE-AP) estão entre os parlamentares que defendem a CGU.

DEBATE

No Rio Grande do Norte, representantes de várias instituições como Ministério Público Federal, Advocacia-Geral da União, Ministério Público Estadual, Controladoria-Geral do Estado, entre outros, debateram o papel da CGU no combate à corrupção, no dia 13 de junho. A mobilização dos estados também resultou em importantes desdobramentos.

PROTESTOS

Limpeza do edifício sede do órgão, três caminhadas até o Palácio do Planalto, e um "arraiaá da resistência" estão entre os destaques dos protestos já realizados pelo movimento em defesa da CGU.

YOUTUBE

Os principais atos da mobilização foram registrados em vídeo. Os momentos que entraram para a história da carreira, como a caminhada ao Palácio do Planalto, no dia 30 de maio, estão disponíveis no canal do Sindicato no youtube.

PRÓXIMOS PASSOS

A agenda atualizada do movimento em defesa da CGU está disponível no site do Sindicato, na sessão "Em defesa da CGU". Acompanhe!

Movimento em defesa da CGU

Desde a publicação da Medida Provisória MP 276/2016, no dia 12 de maio, o movimento em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU) não parou. A mobilização permanente dos servidores foi decisiva para a repercussão do movimento na imprensa nacional e internacional. Veículos importantes já pautaram a reivindicação do grupo.

No entanto, a força-tarefa em defesa da Controladoria teve início bem antes. Para entender a cronologia do movimento em defesa da CGU, é importante destacar que a busca por autonomia e independência funcional do órgão é pauta permanente da carreira de Finanças e Controle.

Em 2015, por exemplo, a última reforma ministerial do governo Dilma Rousseff mobilizou os servidores contra possível fatiamento das atribuições da CGU. A ameaça de retirada do caráter ministerial do órgão foi revertida.

Antes, em 2014, a campanha "Abraça a CGU" denunciou as restrições ao cumprimento da missão institucional do órgão. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Auditoria Cidadã da Dívida, o Instituto de Fis-

calização e Controle (IFC), o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), a Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC) e a deputada federal Érika Kokay (PT-DF) prestaram solidariedade à atuação do Sindicato. A campanha resultou em ato público realizado no dia 23 de julho daquele ano. A matéria do movimento está disponível no link <http://goo.gl/kRfswa> ou no QR-Code abaixo.

A articulação pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2009) também vem de muito antes. A matéria define como essenciais à Administração Pública as funções de Ouvidoria, Controladoria, Auditoria Governamental e Correição. De lá pra cá, várias ações foram realizadas no Congresso Nacional para viabilizar a tramitação da proposta, como o desarquivamento da matéria e a retirada de emendas que alteravam o modelo de Controle Interno defendido pela carreira. ●



C R O N O L O G I A



JANEIRO 7 de janeiro

- Unacon Sindical apoia XV Macha contra a Corrupção e Pela Vida no Ceará. Iniciativa tem como objetivo contribuir com a conscientização da sociedade para a participação direta na fiscalização dos gastos públicos.

FEVEREIRO 19 de fevereiro

- Com o objetivo de neutralizar novas ameaças à integridade institucional da CGU, como as enfrentadas na última reforma ministerial do governo Dilma, Sindicato intensifica articulação parlamentar em prol da Proposta de Emenda à Constituição PEC 45/2009 e disponibiliza modelo de carta para parlamentares.

24 de fevereiro

- Com o aval da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, a PEC 45/2009 volta ao Plenário. A proposta, que deve ser analisada em dois turnos, aguarda inclusão na Ordem do Dia.

MARÇO 24 a 30 de março

- Sindicato e servidores da CGU visitam gabinetes das lideranças no Senado Fe-

deral em busca de apoio para inclusão da PEC 45/2009 na Ordem do Dia. Servidores se dividiram em grupos para realizar a força-tarefa.

ABRIL 7 de abril

- Com a assinatura de todos os líderes, a PEC 45/2009 entra na Ordem do Dia. O requerimento de prioridade na tramitação foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP). Sindicato convida todos os servidores para mobilização no Congresso.

12 de abril

- Movimento em prol da PEC 45/2009 conquista o apoio de 43 senadores. Mobilização no Congresso reuniu mais de 100 servidores do Distrito Federal e dos estados.

MAIO 3 de maio

- Nove dias antes da publicação da MP 726/2016, a campanha publicitária "Eu Apoio a CGU" é lançada na Globo News, com o objetivo de alcançar novas parcerias para avançar na atuação



pelo fortalecimento do órgão. A propaganda foi veiculada de 4 a 13 de maio. A campanha contou com o apoio do Unacon Sindical.

4 de maio

- Atuação pelo fortalecimento da CGU entra em pauta no primeiro dia de reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS).

5 de maio

- Lançamento da Frente pelo Controle e contra a Corrupção é realizado em Brasília.

12 de maio

- Publicação da MP 726/2016 — primeiro ato do presidente interino Michael Temer — extingue a CGU e transfere as atribuições do órgão para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Fabiano Silveira assume a pasta. Sindicato convoca servidores para AGE no dia 13 de maio.

13 de maio

- Unacon Sindical publica nota pública contra a extinção da CGU. Documento teve 33 mil acessos. Encaminhamento foi aprovado em AGE. Durante o encontro, Sindicato estipula prazo para envio de sugestões ao movimento. Propostas serão apreciadas em nova AGE, convocada para o dia 16 de maio.

16 de maio

- Sindicato reivindica retorno imediato da denominação "Controladoria-Geral da União" e da vinculação à Presidência da República ao ministro Fabiano Silveira. Realizada na sequência, AGE nacional aprova ato em defesa do órgão para o dia 18 de maio, a partir das sugestões enviadas pela carreira.

18 de maio

- Sindicato promove o primeiro ato em defesa

da CGU. Em Brasília, forte adesão marcou o movimento. No total, mais de mil servidores declararam apoio à manutenção da denominação e da vinculação do órgão à Presidência da República. TV Globo, Agência Brasil, Valor Econômico e Mídia Ninja enviaram equipes de reportagem ao local.

20 de maio

- Em AGE transmitida em tempo real para os estados, servidores avaliam repercussão do movimento em defesa da CGU. Em uma semana, a carreira conquistou emendas à MP 726/2016, apoio de organizações da sociedade civil e ampla cobertura da imprensa.

23 de maio

- Segunda reunião com Fabiano Silveira termina sem resposta sobre o retorno da denominação original.
- Procurador membro da Força Tarefa da Operação Lava-Jato, Carlos Fernando Santos Lima, utiliza as redes sociais para manifestar apoio ao movimento em defesa da CGU. A declaração foi resultado de contato dos servidores lotados em São Paulo.

24 de maio

- No segundo ato nacional em defesa da CGU, servidores criticam o envolvimento do senador Romero Jucá em articulações para obstruir a Operação Lava Jato.

- Controlador e Procurador-Geral de João Pessoa avaliam extinção da CGU como retrocesso. Severino Queiroz e Ademar Régis participam do ato público em defesa da Controladoria realizado na capital paraibana. "Num momento em que se exige o envolvimento cada vez maior da Advocacia Pública no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em todas as esferas de Poder, a extinção da CGU demonstra ser um grande contrassenso", afirma Ademar Régis".

25 de maio

- Terceiro ato em defesa da CGU resulta em caminhada até o Palácio do Planalto. Duas faixas do eixo monumental foram interditadas.

27 de maio

- Comissão de servidores recebeu Fabiano Silveira no aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, PR. "As conversas avançaram em tom amistoso, porém o ministro seguiu reticente quanto ao retorno da nomenclatura e status anterior da CGU", relatou Luciano Turin, secretário-geral da delegacia sindical do Paraná.

29 de maio

- Matéria do Fantástico divulga conversas em que Fabiano Silveira critica a Operação Lava Jato. Sindicato começa, imediatamente, a articular ato pela saída do ministro. Convocação para ato público foi enviada, no mesmo dia, aos principais veículos de imprensa.

30 de maio

- Por meio de nota, Unacon Sindical exige a imediata exoneração do ministro. Silveira "não preenche os requisitos de conduta para estar à frente de um órgão que zela pelo combate à corrupção", reza trecho do documento.
- Servidores dão início a movimento de entrega de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) caso Fabiano não seja afastado do cargo.
- Indignados com a situação, os servidores, em ato simbólico — até agora o quarto do movimento —, lavam a calçada da sede da CGU e a porta do gabinete do ministro, que foi impedido de entrar no prédio. Mais tarde, grupo segue em caminhada até o Palácio do Planalto para exigir a exoneração



de Silveira, que foi efetivada na noite do mesmo dia.

- Reação dos servidores ganha repercussão em todo o mundo. Jornais como New York Times, BBC, Lá Nacion e El País destacam a mobilização.

JUNHO

1º de junho

- Servidores fazem nova caminhada até o Palácio do Planalto. Caravanas de 26 estados renovam o fôlego do movimento. Durante o quinto ato, o Sindicato recebe a confirmação de reunião com a Casa Civil. Arraiá da Resistência encerra a manifestação.

2 junho

- Em reunião com Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, Sindicato pede a revogação dos dispositivos da MP 726/2016 que alteram a nomenclatura e a estrutura da CGU. No encontro, Padilha admite a possibilidade de recuperação do nome CGU, com a manutenção do termo "Transparência" na denominação.
- Torquato Jardim toma posse como novo ministro da pasta. Em sua primeira fala aos servidores, Jardim afirma que a permanência nos cargos em comissão "pressupõe compatibilidade política, filosófica e ideológica" com o governo.

6 de junho

- Por meio de nota, Sindicato repudia declaração do ministro Torquato.

7 a 9 de junho

- Unacon Sindical abre consulta nacional para definir os próximos passos da mobilização em defesa da CGU.

8 de junho

- Em carta aberta, servidores do Secretaria

do Tesouro Nacional (STN) manifestam apoio ao movimento em defesa da CGU.

10 de junho

- Como resultado da consulta, carreira decide intensificar a mobilização e paralisar as atividades nos dias 13 e 14 de junho. No total, 989 servidores participaram da votação nacional.

13 de junho

- Em Natal, RN, servidores promovem Fórum de Combate à Corrupção com representantes de instituições parceiras, como Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF) e Advocacia-Geral da União (AGU), para debater a atuação da CGU no combate ao desvio de recursos públicos e a necessidade de fortalecimento do órgão.

13 de 14 junho

- Servidores de todo o país voltam a se reunir contra a MP 726/2016, em paralisação de 48 horas aprovada pela carreira. No dia 14, Márlon Reis, um dos idealizadores e redatores da Lei da Ficha Limpa, participa do ato em frente ao órgão.

16 de junho

- Sindicato protocola representação na Comissão de Ética da Presidência da República contra a fala do ministro Torquato. Encaminhamento foi aprovado pela carreira em consulta nacional realizada entre os dias 7 e 9 de junho. O documento foi elaborado pelo escritório Torreão Braz Advogados com parecer do advogado Márlon Reis.

21 de junho

- No sétimo ato público em defesa da CGU, Sindicato questiona a exoneração do servidor responsável pelos acordos de leniência. O afastamento foi confir-

mado pelo órgão, por meio de nota à imprensa.

23 de junho

- Movimento em defesa da CGU lança nova campanha publicitária. Com o conceito "Identidade é tudo", as peças buscam reforçar a importância da manutenção do órgão. O material é apresentado aos servidores em AGE. Campanha será exibida na Globo News nos meses de junho e julho.

24 de junho

- Em nota pública, Sindicato manifesta preocupação com o afastamento do corregedor-adjunto de Infraestrutura da CGU, responsável pelos acordos de leniência.
- ONU critica mudanças na CGU. "Organizações que proporcionam acesso à informação e promovem a prestação de contas devem ser protegidas de interferências políticas", reza trecho do comunicado. Imprensa nacional e internacional pauta a posição dos relatores especiais das Nações.

29 de junho

- Reunião entre Unacon Sindical e Transparência Internacional é realizada em Brasília. José Carlos Ugaz, presidente da ONG, elogia articulação dos servidores em defesa da CGU. Encontro teve a participação de membros do Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), da rede Amarribo Brasil e da Frente pelo Controle e contra a Corrupção.

1º de julho

- Força tarefa da Lava Jato manifesta apoio ao movimento em defesa da CGU. Em reunião com o Unacon Sindical e a Frente pelo Controle realizada em Curitiba, PR, coordenadores da Operação afirmam que acompanham com apreensão as mudanças promovidas na Controladoria. ●

Apoio em Expansão

O movimento em defesa da CGU se espalhou por todo o globo. Desde a edição da Medida Provisória MP 726/2016, a sociedade civil organizada tem manifestado solidariedade à pauta dos servidores, que lutam pela revogação das mudanças na Controladoria. Centenas de organizações nacionais e internacionais defendem a manutenção da identidade institucional da CGU e a vinculação à Presidência da República.

Notas de repúdio, comunicados, manifestações públicas, entrevistas concedidas à imprensa, publicações em redes sociais. Os meios utilizados para a comunicação são diversos, mas a mensagem é uma só: Fica CGU!

Conheça as principais organizações nacionais e internacionais que já declararam apoio à CGU. A relação completa e nominal de todos os apoiadores está disponível no site do Sindicato. Acesse pelo link <http://goo.gl/KL0mKb> ou usando o qr-code abaixo.





130

Organizações da sociedade civil assinaram o Manifesto pelo controle, contra a corrupção e pelo fortalecimento da CGU. O documento, lançado pela Frente pelo Controle e contra a Corrupção no dia 31 de maio, defende a revogação dos dispositivos da MP 726/2016 relativos à CGU.

Percentual de aprovação da continuidade da mobilização.*

82%

(*) No total, 989 servidores participaram da votação.

25

alianzaregional
Por la Libre Expresión e Información

Organizações internacionais manifestaram-se contra a extinção da CGU. No dia 24 de junho, relatores para a Liberdade de Expressão das Nações Unidas e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) defenderam que "qualquer alteração no funcionamento da antiga CGU deveria visar torná-la mais autônoma e independente de determinações do Poder Executivo" e avaliaram a incorporação do órgão pelo recém-criado Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle como um "passo negativo". Acesse a matéria completa no link <https://goo.gl/du98s3> ou usando o QR-Code abaixo.



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL



23



É o número de emendas parlamentares apresentadas à MP 726/2016, com o objetivo de suprimir os dispositivos que extinguem a CGU e transferem suas atribuições para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.



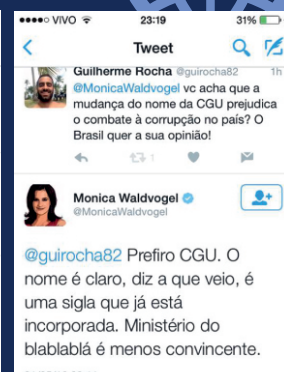
Dezenas de instituições, associações e organizações de alcance nacional e regional também manifestaram apoio aos pleitos do Movimento em Defesa da CGU. Acesse a íntegra da lista de apoiadores no link <http://goo.gl/xiQXUv> ou usando o QR-code ao lado.



Na Rede...



A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), a deputada Érica Kokay (PT-DF) e o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) estão entre os parlamentares que gravaram vídeos em apoio ao Movimento em Defesa da CGU. "Extinguir a CGU e especialmente retirá-la do âmbito da Presidência da República é reduzir efetivamente o controle", defende Alencar. Acesse pelo link <http://goo.gl/h23bXe> ou usando o qr-code ao lado.



Entre para a história

Integre a galeria de parlamentares que trabalharam pela revisão da MP 726/2016.

Discursos em plenário, manifestações públicas de apoio, entrevistas à imprensa. Está aberta a possibilidade de entrar para a história daqueles que atuaram pela defesa da Controladoria-Geral da União (CGU).

Todas as declarações de apoio em foto e vídeo estão disponíveis no site do Sindicato. Acesse pelo link <http://goo.gl/h23bXe> ou usando o qr-code abaixo.



Dep. Aliel Machado
Rede - PR



Dep. Chico Alencar
PSol - RJ



Dep. Célio Silveira
PSDB - GO



Dep. Francisco Floriano
DEM - RJ



Dep. Glauber Braga
PSol - RJ



Dep. Jean Wyllys
PSol - RJ



Dep. Moroni Torgan
DEM - CE



Dep. Odorico Monteiro
Pros - CE



Dep. Otávio Leite
PSDB - RJ



Dep. Reginaldo Lopes
PT - MG



Dep. Weliton Prado
PMB - MG



Sen. Cristóvão Buarque
PPS - DF



Dep. Edmilson Rodrigues
PSol - PA



Sen. Gleisi Hoffmann
PT - PR



Dep. Angela Albino
PCdoB - SC



Dep. Jandira Feghali
PCdoB - RJ



Dep. Leonardo Quintão
PMDB - MG



Dep. Daniel Almeida
PCdoB - BA



Dep. Davidson Magalhães
PCdoB - BA



Dep. Ivan Valente
PSol - SP



Dep. Paulo Pimenta
PT - RS



Dep. Vicente Cândido
PT - SP



Dep. Zé Carlos
PT - MA



Dep. Ênio Verri
PT - PR



Sen. Humberto Costa
PT - PE



Sen. José Pimentel
PT - CE



Dep. Padre João
PT - MG



Sen. Walter Pinheiro
Sem partido - BA



Dep. Afonso Florence
PT - BA



Dep. Pedro Uczai
PT - SC



Dep. Rubens Pereira Júnior
PCdoB - MA



Sen. Fátima Bezerra
PT - RN



Dep. Érika Kokay
PT - DF



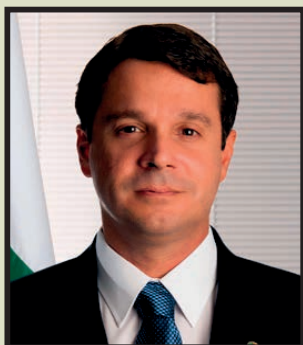
Dep. Laura Carneiro
PMDB - RJ



Dep. Margarida Salomão
PT - MG



Dep. Alessandro Molon
Rede - RJ



Sen. Reguffe
Sem Partido - DF



Sen. João Capiberibe
PSB - AP



Sen. Lindbergh Farias
PT - RJ



Sen. Paulo Paim
PT - RS



Dep. Maria do Rosário
PT - RS



Dep. Bohn Gass
PT - RS



Sen. Randolfe Rodrigues
Rede - AP



Sen. Vanessa Grazziotin
PCdoB - AM



Redes Sociais

Seja também um apoiador do movimento em defesa da CGU nas redes sociais. Compartilhe uma foto ou um vídeo usando a hashtag #FicaCGU

Porque lutamos pela reversão da MP 726/2016

Confira, a seguir, porque o movimento em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU) defende a manutenção e a vinculação do órgão à Presidência da República.

STAFF

Ao contrário dos demais ministérios finalísticos que produzem políticas setoriais, a função precípua da CGU é ser órgão de staff, cuja missão é avaliar, controlar e contribuir para a melhoria destas políticas públicas.

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

A vinculação à Presidência da República confere à CGU autoridade e autonomia frente aos demais ministérios que têm origem finalísticas como Saúde, Educação, Cultura e Esporte, por exemplo.

PRINCÍPIO INTERNACIONAL

O modelo que vincula a CGU à Presidência da República reflete um princípio internacional de controle, segundo o qual o órgão responsável por realizar auditorias deve estar vinculado ao dirigente máximo da organização, como staff e em posição de ascendência às unidades fiscalizadas.

RECOMENDAÇÃO DO TCU

A Controladoria é um órgão de assessoramento direto e imediato da Presidência da República por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) – órgão auxiliar do Congresso Nacional.

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

A atuação da CGU é reconhecida na comunidade internacional – a instituição representa o Brasil em diversos foros mundiais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Organização das Nações Unidas (ONU), da Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) e da Parceria para Governo Aberto (OGP). O cidadão brasileiro também reconhece a marca e as funções da CGU.

Consequências negativas da aprovação da MP

DESPERDÍCIO DE RECURSOS PÚBLICOS

Alterar a denominação da CGU, sem qualquer fundamentação técnica, implica em novos e desnecessários gastos representando desperdícios de recursos públicos. Foram aplicados milhões de reais na construção da imagem institucional da CGU. Investimento que alcançou os mais distantes rincões da sociedade brasileira e também da comunidade internacional.

FRAGILIDADE

A identidade do controle interno e sua conformação institucional não podem ser afetadas a cada troca de governo. Essa prática enfraquece o papel do órgão de Estado e atrasa – quando não interrompe por completo – conquistas importantes já em curso.

COTAS PARTIDÁRIAS

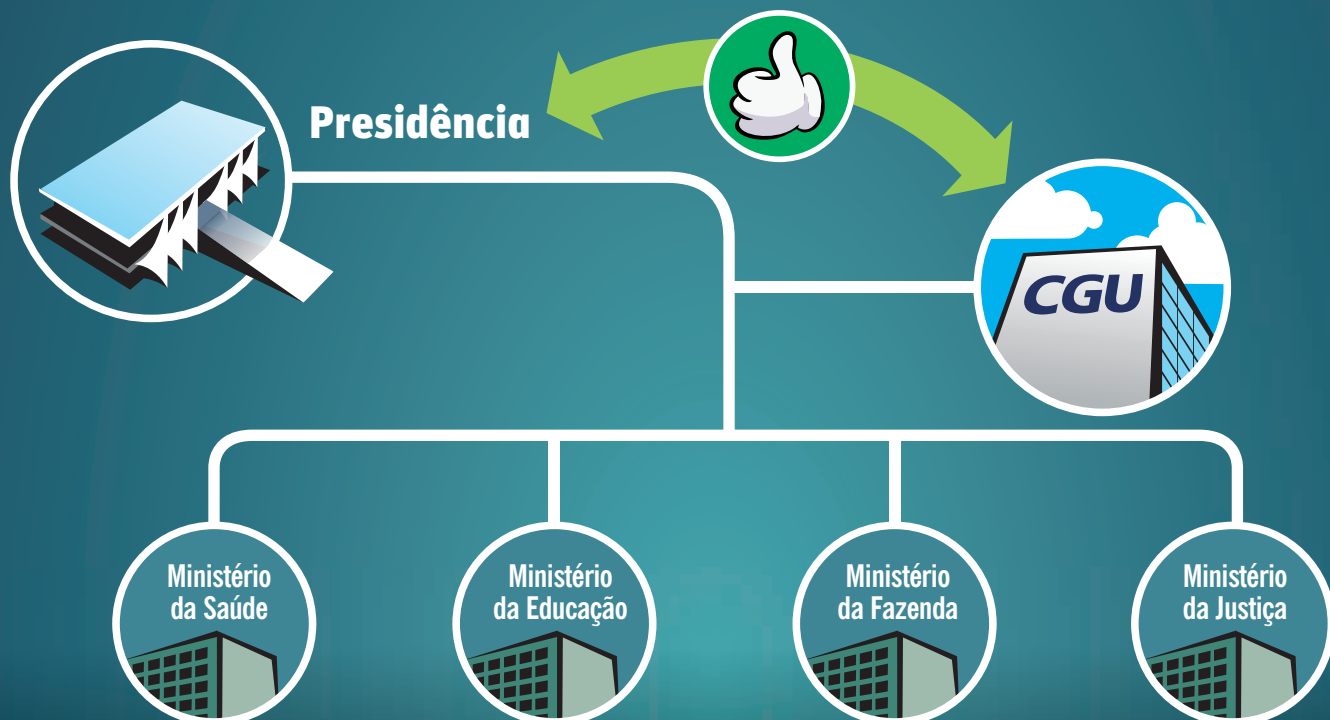
A mudança da CGU de um órgão de assessoramento direto para uma pasta ministerial, incentiva a sua entrada na distribuição de cotas partidárias, característica do presidencialismo de coalizão.



Qual será a segurança do cidadão em denunciar a má aplicação dos recursos públicos a uma instituição que muda a cada troca de governo? Qual a segurança dos parceiros institucionais na continuidade dos acordos de cooperação?

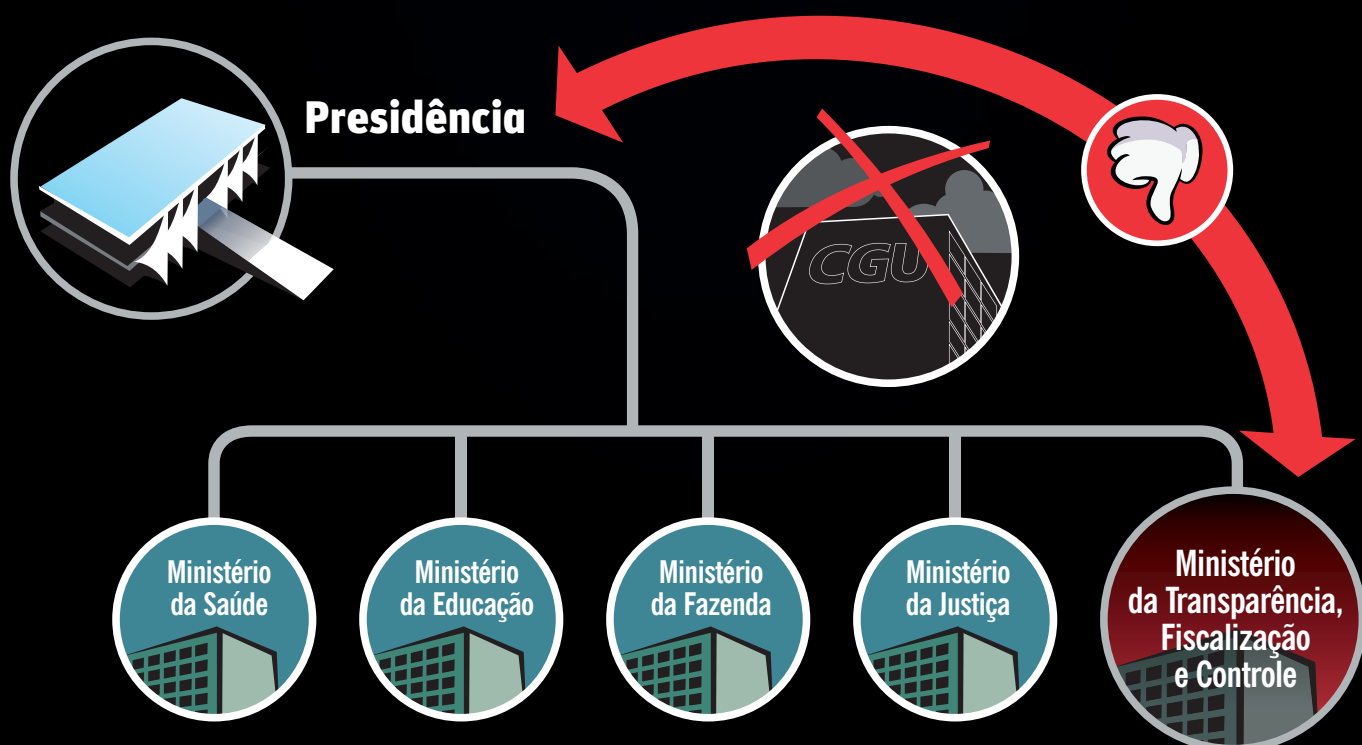
Modelo de Controladoria-Geral em países desenvolvidos e organizações privadas com boa governança

Brasil antes da MP 726/16



Governo adota modelo de controle da Bolívia, ao extinguir a CGU e criar o Ministério da Transparência

Brasil depois da MP 726/16



"A Controladoria vem se consolidando como um órgão de caráter republicano, não importando partidos, crenças, ideologias ou governos. Nossa atuação sempre esteve pautada na imparcialidade e nas razões técnicas. É inaceitável extinguir ou politizar a função de auditoria"

Filipe Leão, diretor do Unacon Sindical

MOVIMENTO Apartidário

Em mais de dois meses de articulação, os servidores demonstraram a força do movimento em defesa da Controladoria-Geral da União (CGU). Todos abraçaram a causa por entender que o órgão precisa ser fortalecido e as mudanças provocadas pela Medida Provisória 726/2016 ainda não tiveram qualquer explicação razoável. "A Controladoria vem se consolidando como um órgão de caráter republicano, não importando partidos, crenças, ideologias ou governos. Nossa atuação sempre esteve pautada

na imparcialidade e nas razões técnicas. É inaceitável extinguir ou politizar a função de auditoria", esclarece Filipe Leão, diretor do Sindicato.

O Unacon Sindical trabalha para que o governo revise a Medida Provisória 726/2016. Publicada no dia 12 de maio, a MP tem duração de 60 dias prorrogáveis por mais 60. Além de alterar para ministério da Transparência, Fiscalização e Controle a denominação da Controladoria, a MP retira a vinculação do órgão da Presidência da República. ●

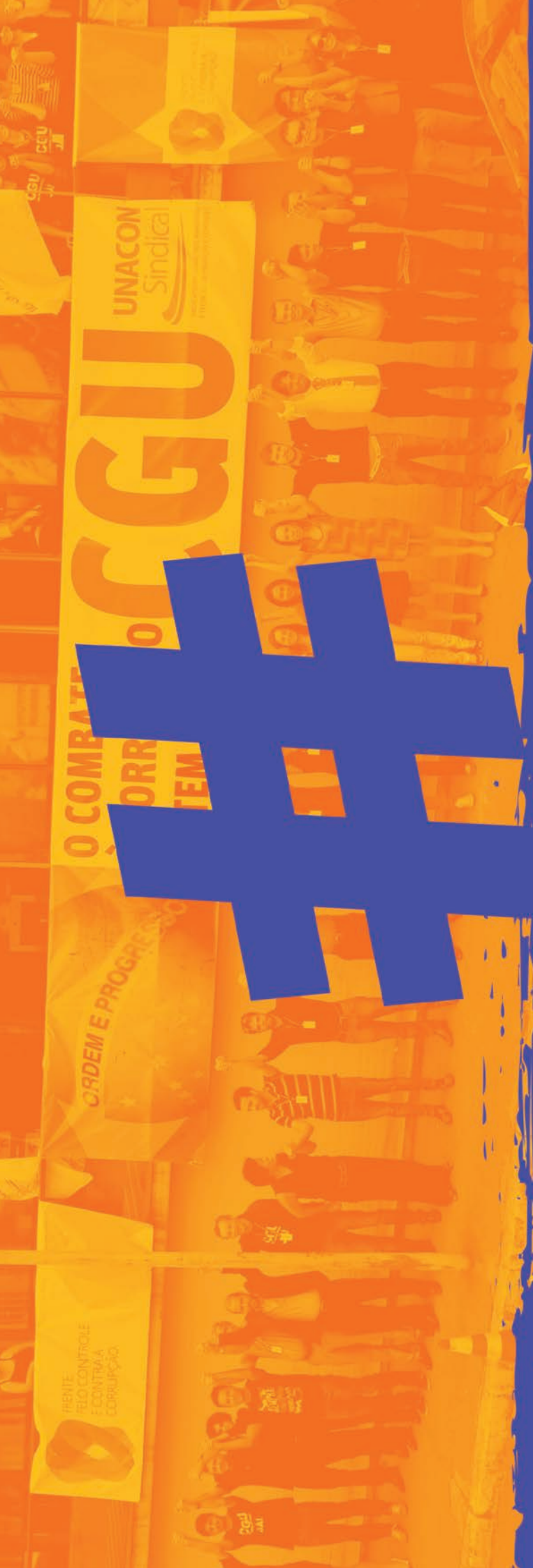
EXPEDIENTE

Produção: Comunicação Unacon Sindical
Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)
Textos: Nayara Young (9.397/DF) e Juliana Martins (11.120/DF)
Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly
Fotos: Aurélio Pereira, Juliana Martins e Nayara Young
Foto de Capa: O Globo
Tiragem: 5 mil exemplares

Unacon Sindical
CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF CEP: 70753-530
Fone: (61) 2107-5000
E-mail: unacon@unacon.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL (DEN)
Rudinei Marques
Presidente
Márcia Uchôa
Vice-Presidente
Daniel Lara
Secretário Executivo
Filipe Leão
Diretor de Finanças
Roberto Kodama
Diretor de Assuntos Jurídicos
Estevam Barbosa
Diretor de Filiados
Júlio Possas
Diretor de Comunicação Social





FICOU

FICOU

UNACON Sindical